

II Encuentro Internacional de Educación. Educación Pública: democracia, derechos y justicia social



A 25 Años de la Revista Espacios en Blanco (1994-2019)
A 60 años de la Declaración de los Derechos del Niño/a (1959-2019)

4, 5 y 6 de diciembre de 2019
NEES - Facultad de Ciencias Humanas – UNCPBA
Campus Universitario - Tandil - Argentina

ID de la contribución : 343

Tipo : no especificado

VIOLÊNCIA POLÍTICO-IDEOLÓGICA CONTRA OS PROFESSORES BRASILEIROS

Simposio 14: Trayectorias, experiencias, cultura y cotidianeidad escolar

VIOLÊNCIA POLÍTICO-IDEOLÓGICA CONTRA OS PROFESSORES BRASILEIROS

A sociedade capitalista está imersa na cultura da conectividade (Van Dijck, 2016), mediada por novas tecnologias de informação e comunicação que acarretam profundas mudanças culturais. Essas influem e modificam as dimensões subjetivas e sócio-emocionais dos sujeitos, pois agravam contradições e incongruências face a incerteza que geram em nosso cotidiano (Sennett, 2000). As mesmas tensões e conflitos perpassam o ambiente profissional, geram mudanças que configuram um espaço propício para que a violência se instaure e cresça nas relações estabelecidas.

Como parte dessa sociedade, as universidades públicas brasileiras não escaparam a mesma realidade. A partir de uma visão dinâmica pautada na perspectiva materialista histórica e dialética, observamos que a violência também adentrou seus muros, tem afetado seus membros e colocado em risco a sociabilidade promovida. Trata-se de um tipo de violência que está associada a influência neoliberal, cujas deliberações seguem ininterruptamente alterando a agenda político-educacional, reforçando um processo político e ideológico que atinge todos os profissionais da educação, mas, particularmente, os professores brasileiros.

Isso significa que as dimensões subjetivas e sócio-emocionais dos professores, em muitos casos, se mostram oprimidas quer seja na assunção do seu ofício ou pela perda dos direitos conquistados. Gera-se uma situação que os coloca em situação de risco e adoecimento, o que isso exige ampliar o campo de debate e análise sobre a temática da violência que atualmente aflige e adocece os professores brasileiros.

A historicidade nos mostra que a violência está inscrita na lógica cultural da modernidade. Foi Giddens (1996) quem analisou o como as transformações advindas do processo de globalização ampliaram os problemas sociais, dentre eles o fenômeno da violência. Para o autor, ampliou-se a sensação de impotência e incertezas entre os sujeitos, o que, gradativamente, potencializou, numa escala crescente, práticas quotidianas violentas. Na mesma linha de discussão, Castel (1998) complementou que o sistema capitalista também gera certa precariedade, exclusão, segregação, perda de direitos, o que em muitos casos, força os sujeitos a viverem às margens da sociedade, ampliando a situação de vulnerabilidade frente ao fenômeno da violência. Para ambos autores, Giddens (1996) e Castel (1998), a fragmentação social, a exclusão econômica e social, a massificação social, a desigualdade, a injustiça social, são aspectos presentes nas sociedades atuais, prevalecem, agravam e se fazem presentes nas práticas de violência na cotidianidade.

A partir da Sociologia da Conflitualidade, Silva (2010) explicou que em termos de desigualdades, a globalização exacerbou as “desigualdades de oportunidades de vida - saúde, habitação, trabalho, educação, segurança, informação, conhecimento e participação política”, aumentando, significativamente, o impacto negativo da violência nas interações sociais. Desse ponto de vista, já assumindo nosso aporte teórico – materialista histórico e dialético, temos que o fenômeno da violência se encontra naturalizado nas interações sociais e, infelizmente, tem se tornado uma prática social aceita, às vezes, até mantida como “dispositivo de poder-saber, práticas disciplinares e regulatórias; como dispositivos (...) que instauram uma racionalidade específica que vai desde a prescrição de estigmas até a exclusão, efetiva ou simbólica” dos sujeitos sociais (Silva, 2010, p. 397).

Conforme ideias de Marx e Engels (2001), a situação é humilhante em essência e perpassa vários aspectos da identidade docente. A violência política e ideológica já é incontestável, segue ameaçando e questionando os professores quanto a eficiência de seu trabalho, gerando e mantendo estratégias de processos de alienação

dos professores. Os requintes, matizes e formas desse tipo de violência, têm sido sustentados pelas políticas educacionais que são organicamente pensadas para que os professores alterem sua função social, esmaecendo seu vínculo com a coletividade do seu grupo e da escola, além de resultar em adoecimento e mal-estar docente. A situação mantém os professores em constante estresse o que altera suas subjetividades. O reconhecimento da violência política ideológica contra os professores a insere como uma das questões sociais globais mais graves do nosso tempo, sua reincidência gera insegurança e medo e na especificidade dos profissionais da educação. Sua presença coloca muito em jogo, pois envolve a forma como os professores são encarados e articulados aos interesses e valores hegemônicos. Lembremos que sua ação torna possível consolidar estratégias de legitimação do consenso ativo, o que apoia o projeto neoliberal de sociedade, via educação (Neves, 2013). Quando a ação docente é associada à ideologia neoliberal, torna-se um relevante canal da materialidade dos objetivos das políticas e práticas neoliberais. Dentre os vários aspectos maléficos postos aos professores na atualidade, o que mais se destaca é sua responsabilização pelas mazelas, desafios e fragilidades da educação nacional. Uma culpabilização que não considerou suas condições de trabalho, má remuneração, falta do plano de carreira, formas precárias de contratação, intensificação de jornada de trabalho, condições que geraram, mudanças subjetivas nos professores. Resulta que os professores se sentem particularmente desvalorizados, excluídos, tornados quase invisíveis frente sua historicidade, o que os deixa incertos sobre o futuro da sua função social no nosso momento histórico.

Como sujeitos oprimidos, desmobilizados politicamente, vêm agravada a sensação da indiferença sindical, a perda do sentido coletivo do trabalho docente. Como descreveu Freire (1998), os professores vivem uma presença oprimida e assujeitada, alijada das possibilidades de exercício de um ofício capaz de gerar autonomia e senso crítico, base essencial do emancipar e do libertar. Por certo, tem-se prejudicada a ação docente emancipadora, quer seja de si próprio como dos demais sujeitos oprimidos. Evocar a ideia de Freire (1996) é assumir que a dialética pode ajudar a identificar um saber libertador, totalmente imbricado na experiência histórica, política, cultural e social dos professores.

No cerne da contradição posta aos professores, a busca pela emancipação é uma proposição é profundamente epistemológica e nos parece que carrega o embrião de uma resposta que se associa ao cerne da Pedagogia dos Oprimidos de Freire (1996). Por ajudar a reafirmar concepções nos processos formativos, como: uma visão de mundo e uma maneira de ser e estar nele, como opção política e militante de intervenção na violência contra os professores.

Palavras-chave: Violência; Ideologia; Professores; Adoecimento Docente.

Primary author(s): Dr MAGALHÃES, Solange (Universidade Federal de Goiás/Brasil)

Clasificación de temáticas: Simposio 1: Universidad, pedagogía y comunidad en el siglo XXI (Modalidad abierta)